

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 21

Caracteriza-se como unilateral e vinculado o ato da administração denominado

- A permissão.
- B aprovação.
- C parecer.
- D autorização.
- E licença.

QUESTÃO 22

De acordo com a doutrina majoritária, os elementos fundamentais do ato administrativo são o(a)

- A forma, a competência, a atribuição, a finalidade e o objeto.
- B objeto, a finalidade, o motivo, a competência e a tipicidade.
- C competência, a forma, o objeto, o motivo e a finalidade.
- D motivo, o objeto, a finalidade, a autoexecutoriedade e a força coercitiva.
- E objeto, o motivo, a competência, a finalidade e a abrangência.

QUESTÃO 23

Tiago, investigador da Polícia Civil do Estado do Maranhão, utilizou, durante seis meses, equipamentos de informática da repartição na qual estava lotado para desenvolver serviços e atividades particulares, com o objetivo de ajudar a esposa dele, que estava montando uma empresa.

Nessa situação hipotética, de acordo com o regime disciplinar estabelecido na Lei n.º 8.112/1990 e o Estatuto da Polícia Civil do Estado do Maranhão (PCMA), a conduta de Tiago o sujeita à pena de

- A advertência, a ser aplicada pelo corregedor da PCMA.
- B demissão, a ser aplicada pelo governador do estado.
- C suspensão por até cento e oitenta dias, a ser aplicada pelo governador do estado.
- D suspensão por até noventa dias, a ser aplicada pelo corregedor da PCMA.
- E suspensão por até noventa dias, a ser aplicada pelo governador do estado.

QUESTÃO 24

Representa ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito, segundo a Lei n.º 8.429/1992,

- A permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente.
- B usar, em proveito próprio, bens integrantes do patrimônio das entidades públicas.
- C ordenar a realização de despesas não autorizadas.
- D frustrar a licitude de concurso público.
- E deixar de prestar contas quando obrigado a fazê-lo.

QUESTÃO 25

À luz da Lei de Improbidade Administrativa — Lei n.º 8.429/1992 —, julgue os itens a seguir.

- I Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
- II A representação, por carecer de formalismo, será escrita ou reduzida a termo e assinada, devendo conter somente a qualificação do representante e as informações sobre o fato.
- III Comissão processante poderá representar ao Ministério Público para que este requeira ao juízo competente a decretação do sequestro dos bens do agente ou de terceiro que tenha enriquecido ilicitamente.
- IV A rejeição da representação pela autoridade administrativa impede a representação ao Ministério Público no mesmo caso.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C III e IV.
- D I, II e IV.
- E II, III e IV.

QUESTÃO 26

Em relação ao poder de polícia, julgue os itens a seguir.

- I O poder de polícia não tem relação com o direito do consumidor.
- II O poder de polícia será sempre exercido em caráter vinculado, nos estritos termos da lei que autoriza o seu exercício.
- III A polícia judiciária é privativa de corporações especializadas — polícias civis e militares —, enquanto a polícia administrativa se distribui entre diversos órgãos da administração.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas o item III está certo.
- D Apenas os itens I e II estão certos.
- E Apenas os itens II e III estão certos.

QUESTÃO 27

De acordo com a Lei n.º 8.508/2006, é função da Polícia Civil do Estado do Maranhão

- A realizar a vigilância noturna de empresas privadas.
- B promover seleção para o desenvolvimento profissional dos policiais civis exclusivamente por meio de consórcio com universidades.
- C ter acesso aos bancos de dados existentes nos órgãos de segurança pública.
- D realizar correções e inspeções somente em caráter permanente.
- E autorizar a expedição de carteiras de identidade funcional dos policiais civis do estado.

QUESTÃO 28

Julgue os itens a seguir, a respeito das licenças previstas na Lei n.º 6.107/1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores do Estado do Maranhão.

- I Não há previsão legal de licença para tratar de interesses particulares.
- II A licença concedida dentro de sessenta dias a partir do término de outra licença da mesma espécie será considerada como prorrogação, desde que o servidor não tenha retornado a suas atividades.
- III O servidor que tirar licença para acompanhar cônjuge ou companheiro(a) poderá permanecer no gozo do benefício por período superior a vinte e quatro meses.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 29

Considerando a legislação que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores do Estado do Maranhão, assinale a opção correta acerca das prerrogativas dos servidores quanto a mandatos eletivos.

- A** O servidor investido em mandato de prefeito não será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar entre a remuneração do cargo original e a de prefeito.
- B** Havendo compatibilidade de horário, o servidor investido em mandato estadual ou federal perceberá as vantagens de seu cargo original, não podendo ser deste afastado.
- C** O servidor investido em mandato de vereador não poderá optar pela remuneração do cargo eletivo caso haja incompatibilidade de horários.
- D** O servidor que for investido em mandato eletivo poderá contabilizar o tempo de serviço para todos os efeitos, inclusive para fins de promoção por merecimento ou para avaliação de desempenho.
- E** O servidor terá direito a afastamento, sem remuneração, durante o período entre a escolha dele como candidato a cargo eletivo, por convenção partidária, e a véspera do registro de sua candidatura na justiça eleitoral.

QUESTÃO 30

Entre os direitos sociais previstos pela Constituição Federal de 1988 (CF) inclui-se o direito à

- A** amamentação aos filhos de presidiárias.
- B** moradia.
- C** propriedade.
- D** gratuidade do registro civil de nascimento.
- E** assistência jurídica e integral gratuita.

QUESTÃO 31

Acerca dos princípios fundamentais previstos na CF, julgue os itens a seguir.

- I O poder que emana do povo será exercido somente por meio de seus representantes eleitos.
- II O Brasil rege-se, nas relações internacionais, pelos princípios da intervenção e da negativa de asilo político.
- III São objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais.
- IV A República Federativa do Brasil visa à formação de uma comunidade latino-americana de nações por meio da integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina.

Estão certos apenas os itens

- A** I e III.
- B** II e IV.
- C** III e IV.
- D** I, II e III.
- E** I, II e IV.

QUESTÃO 32

À luz da CF, os atos de improbidade administrativa poderão acarretar o(a)

- A** suspensão dos direitos políticos.
- B** disponibilidade dos bens.
- C** cassação de direitos políticos.
- D** suspensão da função pública.
- E** ressarcimento ao erário, o que inviabiliza a persecução penal.

QUESTÃO 33

Acerca da organização político-administrativa do Estado, julgue os itens a seguir.

- I O desmembramento de um município será determinado por lei municipal, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerá de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, inexistindo a necessidade de divulgação prévia de estudos de viabilidade municipal na imprensa oficial.
- II Os estados podem incorporar-se entre si, mediante a aprovação da população diretamente interessada, por meio de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
- III É permitida somente à União a criação de distinções entre brasileiros.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 34

O presidente da República poderá delegar aos ministros de Estado, ao procurador-geral da República ou ao advogado-geral da União a atribuição de

- A** decretar o estado de defesa e o estado de sítio.
- B** editar medidas provisórias.
- C** conferir condecorações e distinções honoríficas.
- D** prover cargos públicos federais, na forma da lei.
- E** vetar projetos de lei.

QUESTÃO 35

De acordo com a CF, às polícias civis cabe a

- A execução de atividades de defesa civil.
- B apuração de infrações penais, exceto as militares.
- C função de polícia de fronteira.
- D função de polícia judiciária da União.
- E função de polícia ostensiva.

QUESTÃO 36

Observada a ordem de nomeação, o ingresso na carreira do Ministério Público se dará mediante concurso público de provas e títulos, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo,

- A cinco anos de atividade jurídica.
- B um ano de atividade jurídica.
- C dois anos de atividade jurídica.
- D três anos de atividade jurídica.
- E quatro anos de atividade jurídica.

QUESTÃO 37

João e Maria são integrantes de uma quadrilha que, mediante o recebimento de propina e com a participação de agentes penitenciários, confeccionava falsos alvarás judiciais de soltura. Após a instauração de inquérito policial, foi determinada a prisão temporária de ambos. Na ocasião, apesar da proibição de uso arbitrário de algemas, editada por súmula vinculante do STF, a autoridade policial, ao cumprir os mandados de prisão temporária, fez uso de algemas, sem qualquer justificativa, portanto de maneira abusiva e arbitrária.

Nessa situação hipotética, de acordo com as disposições constitucionais acerca das súmulas vinculantes, o ato da autoridade policial poderá ser questionado junto ao Supremo Tribunal Federal mediante a proposição de

- A reclamação.
- B recurso extraordinário.
- C ação direta de inconstitucionalidade.
- D *habeas corpus*.
- E mandado de segurança.

QUESTÃO 38

Durante o cumprimento de um mandado de prisão a determinado indivíduo, este atirou em um investigador policial, o qual, revidando, atingiu fatalmente o agressor.

Nessa situação hipotética, a conduta do investigador configura

- A legítima defesa própria.
- B exercício regular de direito.
- C estrito cumprimento do dever legal.
- D homicídio doloso.
- E homicídio culposo.

QUESTÃO 39

Uma investigadora de polícia exigiu de um traficante de drogas o pagamento de determinada importância em dinheiro a fim de que evitasse o indiciamento dele em inquérito policial. O traficante pediu um prazo para o pagamento do valor acordado e, dois dias depois, entregou o dinheiro à investigadora, a qual, então, ocultou as provas contra o traficante.

Com relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A A conduta da investigadora configura crime de concussão, consumado quando ela exigiu do traficante o pagamento do valor pecuniário.
- B A investigadora e o traficante, pela aplicação da teoria monista, deverão responder pelo mesmo tipo penal.
- C A investigadora cometeu crime de corrupção passiva, consumado a partir do momento em que o traficante efetuou o pagamento.
- D O cumprimento, pela investigadora, do acordado com o traficante configura circunstância qualificadora do crime.
- E O traficante deverá responder pelo crime de corrupção ativa, consumado a partir do momento em que as provas contra ele foram ocultadas.

QUESTÃO 40

A ação penal relativa a crime de estupro será pública condicionada à representação se a vítima for

- A incapaz de oferecer resistência por estar em coma.
- B menor de dezoito anos de idade e a relação sexual houver sido consentida.
- C mentalmente enferma e não possuir discernimento para o ato sexual.
- D menor de dezoito anos de idade e maior de quatorze anos de idade e não houver consentido a relação sexual.
- E maior de dezoito anos de idade e capaz.

QUESTÃO 41

O princípio da legalidade compreende

- A a capacidade mental de entendimento do caráter ilícito do fato no momento da ação ou da omissão, bem como de ciência desse entendimento.
- B o juízo de censura que incide sobre a formação e a exteriorização da vontade do responsável por um fato típico e ilícito, com o propósito de aferir a necessidade de imposição de pena.
- C a oposição entre o ordenamento jurídico vigente e um fato típico praticado por alguém capaz de lesionar ou expor a perigo de lesão bens jurídicos penalmente protegidos.
- D a obediência às formas e aos procedimentos exigidos na criação da lei penal e, principalmente, na elaboração de seu conteúdo normativo.
- E a conformidade da conduta reprovável do agente ao modelo descrito na lei penal vigente no momento da ação ou da omissão.

QUESTÃO 42

Admite a modalidade tentada o crime de

- A instigação ao suicídio sem resultado lesivo.
- B aborto.
- C lesão corporal culposa.
- D omissão de socorro.
- E difamação cometida verbalmente.

QUESTÃO 43

Antônio utilizava diariamente o serviço de manobrista de determinado *shopping center* para estacionar seu carro. Lara, frequentadora do mesmo local, passou a observar a rotina de Antônio e, certa tarde, se apresentou ao manobrista como namorada daquele, informando que havia vindo buscar o carro a pedido do namorado. O manobrista entregou as chaves do carro a Lara, que entrou no veículo e saiu da garagem do estabelecimento em alta velocidade.

A conduta de Lara caracteriza crime de

- A** estelionato.
- B** furto mediante fraude.
- C** furto com abuso de confiança.
- D** apropriação de coisa havida por erro.
- E** apropriação indébita.

QUESTÃO 44

Para solucionar o conflito aparente de normas, são empregados os princípios da

- A** especialidade e da subsidiariedade.
- B** especialidade e da proporcionalidade.
- C** proporcionalidade e da subsidiariedade.
- D** subsidiariedade e da fragmentariedade.
- E** fragmentariedade e da especialidade.

QUESTÃO 45

Em determinada noite, Pedro arrombou a porta de um centro comercial e subtraiu vários itens de vestuário de oito lojas, de diferentes proprietários.

Nessa situação hipotética, se descoberta a conduta de Pedro, ele deverá responder pelos furtos

- A** como crime habitual.
- B** como crime continuado.
- C** como crimes autônomos.
- D** em concurso formal.
- E** como crime permanente.

QUESTÃO 46

A prática de crime em decorrência de coação moral irresistível configura

- A** inexigibilidade de conduta diversa.
- B** excludente de antijuridicidade.
- C** inimputabilidade penal.
- D** circunstância atenuante de pena.
- E** atipicidade da conduta.

QUESTÃO 47

Acerca da aplicação da lei processual no tempo e no espaço e em relação às pessoas, julgue os itens a seguir.

- I** O Brasil adota, no tocante à aplicação da lei processual penal no tempo, o sistema da unidade processual.
- II** Em caso de normas processuais materiais — mistas ou híbridas —, aplica-se a retroatividade da lei mais benéfica.
- III** Para o regular processamento judicial de governador de estado ou do Distrito Federal, é necessária a autorização da respectiva casa legislativa — assembleia legislativa ou câmara distrital.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 48

A respeito do inquérito policial, assinale a opção correta.

- A** No Brasil, a jurisprudência é pacífica quanto a acolher o arquivamento do inquérito policial de forma implícita.
- B** No ordenamento nacional, não há previsão de recurso de ofício contra ato de arquivamento de inquérito policial.
- C** Em caso de atipicidade da conduta, é possível o trancamento do inquérito policial via *habeas corpus*.
- D** O inquérito policial é parte necessária da ação penal.
- E** O indiciamento pode ser realizado por membro do Ministério Público, mesmo sem a participação de autoridade policial.

QUESTÃO 49

Com referência à ação penal, assinale a opção correta.

- A** Nos procedimentos regulados pela Lei Maria da Penha, a renúncia à representação da ofendida é condicionada à realização de audiência prévia para tal fim.
- B** No sistema processual penal pátrio, inexistente ação penal que dependa da requisição do ministro da justiça.
- C** Na ação penal pública condicionada, a representação deve respeitar rigoroso formalismo, por ser isso condição específica da persecução penal.
- D** O ordenamento pátrio não contempla a hipótese de ação privada personalíssima.
- E** A renúncia ao direito de queixa e o perdão do ofendido não possuem características diferentes.

QUESTÃO 50

Conforme a legislação penal e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, compete à justiça

- A** federal processar e julgar os crimes de falsificação e uso de documento falso relativo a estabelecimento particular de ensino.
- B** federal processar e julgar prefeito por desvio de verba transferida e incorporada ao patrimônio municipal.
- C** comum estadual processar e julgar crime em que indígena figure como autor ou vítima.
- D** federal processar e julgar contravenções praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades.
- E** federal processar e julgar as causas cíveis em que seja parte sociedade de economia mista e os crimes praticados contra esse tipo de sociedade.

QUESTÃO 51

Com relação às provas no processo penal, julgue os itens a seguir.

- I A interceptação telefônica, a escuta ambiental e a gravação clandestina são métodos iguais e, por isso, devem ser utilizadas da mesma forma.
- II A interceptação telefônica não será admitida quando a prova puder ser obtida por outros meios disponíveis.
- III O juiz não pode determinar de ofício a interceptação telefônica, sob risco de ferir o sistema acusatório.
- IV A decisão que defere o pedido de interceptação telefônica deve indicar o prazo de execução da diligência, que poderá ser renovado se comprovada a indispensabilidade da prova.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C II e IV.
- D I, III e IV.
- E II, III e IV.

QUESTÃO 52

De acordo com a legislação pertinente, caberá prisão temporária para o agente dos crimes de

- A aborto, estupro e lesão corporal gravíssima.
- B homicídio doloso, estupro e sequestro ou cárcere privado.
- C quadrilha ou bando, lesão corporal e induzimento ou instigação ao suicídio.
- D furto e invasão de domicílio.
- E estupro, epidemia com resultado de morte e aborto.

QUESTÃO 53

É prevista a concessão de liberdade provisória mediante fiança para

- A autor de crime de lavagem de capital.
- B autor de crime de tráfico de drogas.
- C grupos armados que cometeram crime contra a ordem constitucional.
- D autor de crime contra o Sistema Financeiro Nacional.
- E autor de crime hediondo.

QUESTÃO 54

O *habeas corpus* é o instrumento jurídico correto para

- A impugnar ato monocrático de ministro do Supremo Tribunal Federal.
- B trancar ação de *impeachment*.
- C discutir a legalidade de medida protetiva de vítima de violência doméstica.
- D discutir o direito de ir e vir, desde que o *habeas corpus* seja patrocinado por advogado constituído.
- E discutir o direito de visita a presidiários.

QUESTÃO 55

Assinale a opção correta com relação ao processamento e ao julgamento de crimes de responsabilidade cometidos por funcionário público.

- A Será desnecessária a resposta preliminar quando a ação penal for instruída por inquérito policial.
- B No caso de crime inafiançável, a resposta do acusado deve ser apresentada por escrito, no prazo máximo de trinta dias.
- C O processo ficará suspenso enquanto não for reconhecida a residência do acusado ou durante o tempo em que ele estiver fora da jurisdição do juiz responsável.
- D Na instrução criminal, é admitido o número máximo de seis testemunhas, podendo até três serem arroladas pela acusação e as demais, pela defesa.
- E Os crimes cometidos por funcionários públicos são imprescritíveis.

QUESTÃO 56

Se uma pessoa presa em flagrante pela prática de estupro for submetida a ato vexatório por agente policial,

- A poderá, no âmbito criminal, ser aplicada ao agente policial a penalidade de reclusão.
- B poderá, no âmbito administrativo, ser aplicada a penalidade de repreensão ao agente, cumulada com a perda de vencimentos por determinado período.
- C sem instauração e conclusão de inquérito policial, não poderá ser iniciada a ação penal contra o agente policial, sob pena de violação da independência entre os poderes.
- D a aplicação de penalidade administrativa ao agente dependerá de condenação criminal.
- E além de penalidade administrativa, poderá ser cominada ao agente a pena autônoma de proibição do exercício de funções de natureza policial.

QUESTÃO 57

Se, com o objetivo de obter confissão, determinado agente de polícia, por meio de grave ameaça, constranger pessoa presa, causando-lhe sofrimento psicológico,

- A e a vítima for adolescente, o crime será qualificado.
- B estará configurada uma causa de aumento de pena.
- C a critério do juiz, a condenação poderá acarretar a perda do cargo.
- D provado o fato, a pena será de detenção.
- E quem presenciar o crime e se omitir, incorrerá na mesma pena do agente.

Espaço livre

QUESTÃO 58

Determinada pessoa ocultou a origem de bens provenientes diretamente de infração penal. Provado o crime de ocultação, foi instaurada ação penal contra essa pessoa com fundamento nos dispositivos da Lei n.º 9.613/1998, que dispõe sobre os crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

Nessa situação hipotética, conforme a lei nela referida,

- A** cumulativamente à penalidade de reclusão, poderá o juiz aplicar multa ao agente, desde que a infração penal tenha sido praticada contra o erário público.
- B** a condenação pelo crime de ocultação de valores independe do julgamento das infrações penais antecedentes.
- C** se a pessoa acusada, citada por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ficará suspenso o processo.
- D** a competência para o processamento e o julgamento será, em qualquer hipótese, da justiça federal.
- E** haverá incidência de qualificadora, caso a infração penal tenha sido praticada por intermédio de organização criminosa.

QUESTÃO 59

É caracterizada como infração de trânsito média

- A** estacionar veículo em acostamento.
- B** parar veículo sobre faixa destinada a pedestres.
- C** parar veículo afastado do meio-fio.
- D** estacionar veículo ao lado de outro veículo em fila dupla.
- E** atirar objetos do interior de veículo.

QUESTÃO 60

Constitui crime contra o idoso punível com detenção

- A** obstar o acesso de alguém a qualquer cargo público por motivo de idade.
- B** induzir pessoa idosa sem discernimento de seus atos a outorgar procuração.
- C** deixar de cumprir, sem justo motivo, a execução de ordem judicial expedida nas ações em que for parte pessoa idosa.
- D** discriminar pessoa idosa, dificultando seu acesso a operações bancárias.
- E** lavrar ato notarial que envolva pessoa idosa sem discernimento de seus atos, sem a devida representação legal.